

Belo Horizonte, 03 de abril de 2020

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da
Fundação André e Lucia Maggi
Cuiabá- MT

Prezados Senhores,

Anexamos o Parecer Final e Conclusivo da Auditoria Externa às Notas Explicativas elaboradas pela Fundação André e Lucia Maggi, referente às Demonstrações Contábeis e Financeiras do período levantado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez
Diretor

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

CNPJ: 01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 03 de abril de 2020.

Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Curador

Juliana de Lavor Lopes
Diretora Executiva

Balanco Patrimonial
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
(Valores expressos em reais – R\$)

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

		2019	2018			2019	2018
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota Explicativa			CIRCULANTE	Nota Explicativa		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	11.821.825,22	13.800.590,81	Fornecedores	10	42.683,71	176.511,31
Outros Créditos	6 e 7	36.781,64	24.066,47	Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	190.411,64	193.692,53
Ativo Circ Disp. para Venda ou Descontinuado	8	966.154,15	259.999,99	Obrigações Fiscais	10	7.268,47	11.297,93
				Outras Obrigações	10	-	-
Total do Ativo Circulante		12.824.761,01	14.084.657,27	Total do Passivo Circulante		240.363,82	381.501,77
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	9	170.726,61	910.410,93	Patrimônio Social	11	14.126.916,34	14.069.899,99
Intangível	9	6.122,22	165.835,95	Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	647.172,64	714.291,16
				Superávit/Déficit do Exercício	13	(2.012.842,96)	(4.788,77)
Total do ativo não circulante		176.848,83	1.076.246,88	Total do Patrimônio Líquido		12.761.246,02	14.779.402,38
TOTAL DO ATIVO		13.001.609,84	15.160.904,15	TOTAL DO PASSIVO		13.001.609,84	15.160.904,15

Demonstração do Resultado do Período
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em reais – R\$)

		2019	2018
	Nota Explicativa		
Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)		1.575.446,14	3.994.843,46
Receita de Doações e Apoio a Projetos		1.379.908,28	3.994.077,37
Receita com Trabalho Voluntário		195.537,86	766,09
(-) Deduções da Receita Bruta		--	--
Receita Operacional Líquida	16 e 17	1.575.446,14	3.994.843,46
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)		(3.629.659,16)	(4.509.075,49)
Despesa com trabalho Voluntario		(195.537,86)	(766,09)
Resultado Bruto. (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)		(2.249.750,88)	(514.998,12)
(-) Despesas de Custeio		205.080,51	451.656,49
Gerais e Administrativas		(338.370,67)	(153.084,41)
Depreciações e Amortizações	9	(58.610,79)	(68.237,73)
Resultado Financeiro Líquido		602.061,97	672.978,63
Outras Recitas e Despesas		17.427,41	58.552,86
Outras Receitas		17.427,41	58.552,86
Receitas Não Peracionais		14.400,00	0,00
Receita Com venda de Ativo Circulante		14.400,00	0,00
Superávit/Déficit do Exercício		(2.012.842,96)	(4.788,77)

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em reais – R\$)

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		13.709.864,44	0,00	297.102,64	777.224,07	14.784.191,15
Incorporação ao Patrimônio Social	11	297.102,64		(297.102,64)		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		--	--	--	--	-
Transferência para Patrimônio Social	12	62.932,91	--	--	(62.932,91)	-
Déficit do Exercício de 2018		--	--	(4.788,77)	--	(4.788,77)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		14.069.899,99	0,00	(4.788,77)	714.291,16	14.779.402,38
Incorporação ao Patrimônio Social	11	(4.788,77)		4.788,77		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		--	--	--	--	-
Realização de Avaliação Patrimonial	12	61.805,12	--	--	(67.118,52)	(5.313,40)
Déficit do Exercício de 2019		--	--	(2.012.842,96)	--	(2.012.842,96)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		14.126.916,34	0,00	(2.012.842,96)	647.172,64	12.761.246,02

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. (Valores expressos em reais – R\$)

		2019	2018
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Nota Explicativa		
Superávit/Déficit do Exercício			
Superávit/Déficit do Exercício	11	(2.012.842,96)	(4.788,77)
(+) Despesa com Depreciação e Amortização	9	65.736,68	68.237,73
(-) Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	(5.313,40)	-
(+) Doação Patrimonial Recebida		-	-
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-
Superávit do Exercício Ajustado:		(1.952.419,68)	63.448,96
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) Estoques		-	-
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Créditos a Receber	6	330,41	(5.077,31)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Despesas Antecipadas	7	(13.045,58)	(6.669,51)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de ativo n circulante mantido p/ venda ou descontinuado		(706.154,16)	-
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		(718.869,33)	(11.746,82)
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Fornecedores	10	(133.827,60)	86.454,98
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	10	114,45	(2.079,03)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Provisão de Férias e Encargos	10	(3.395,34)	48.559,46
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	10	(4.029,46)	766,31
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Outras Obrigações	10	-	-
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		(141.137,95)	133.701,72
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.812.426,96)	185.403,86
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) Recebimento pela venda do imobilizado		14.400,00	-
(+/-) Imobilizado - baixas (adições) líquidas	9	677.020,76	(49.779,89)
(+/-) Intangível - baixas (adições) líquidas	9	142.240,61	(93.078,94)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		833.661,37	(142.858,83)
TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2)		(1.978.765,59)	42.545,03
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(1.978.765,59)	42.545,03
Saldo no Início do Exercício	5	13.800.590,81	13.758.045,78
Saldo no final do Exercício	5	11.821.825,22	13.800.590,81

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
(Valores expressos em reais – R\$)

(Em R\$)		2019	%	2018	%
	Nota Explicativa				
1. RECEITAS		2.305.869,07		4.857.395,65	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	16	1.575.446,14		3.994.843,46	
Outras Receitas	17	17.427,41		58.552,86	
Receitas Financeiras		712.995,52		803.999,33	
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		2.305.869,07		4.857.395,65	
RETENÇÕES		58.610,79		68.237,73	
Depreciação e Amortização	9	58.610,79		68.237,73	
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA		2.247.258,28		4.789.157,92	
4. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM		14.400,00		0,00	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		14.400,00		0,00	
5. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.261.658,28		4.789.157,92	
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2.261.658,28	102	4.789.157,92	100
Despesas com Pessoal		1.785.648,86	78,95	1.935.785,10	40,42
Serviços de Terceiros		904.366,81	39,99	1.737.081,85	36,27
Encargos e Tributos de Terceiros		7.986,90	0,35	5.015,81	0,10
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		304.866,64	13,48	221.246,19	4,62
Apoio, Parceria Continua a Instituições		59.960,00	2,65	27.798,69	0,58
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM		376.073,34	16,63	348.934,99	7,29
Despesas de Viagens		190.756,61	8,43	233.212,86	4,87
Despesas Administrativas		149.641,95	6,62	132.145,48	2,76
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		9.054,48	0,40	14.305,67	0,30
Despesas Financeiras		110.933,55	4,90	131.020,70	2,74
Despesas com Seguros		5.393,04	0,24	5.778,83	0,12
Despesas com Voluntários		195.537,86	10,95	766,09	0,04
Outras Despesas		174.281,20	7,71	854,43	0,02
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(2.012.842,96)	-89,00	(4.788,77)	-0,10

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
(Valores expressos em reais – R\$)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação André e Lucia Maggi (FALM) é uma instituição sem finalidade econômica, responsável pela gestão do Investimento Social Privado da AMAGGI. Sua sede está localizada em Cuiabá (MT) e conta ainda com duas filiais, o Espaço Coletivo Fundação André e Lucia Maggi, em Rondonópolis (MT); e o Espaço Coletivo Centro Cultural Velha Serpa, em Itacoatiara (AM). Também desenvolve projetos e ações em outros municípios e regiões estratégicas para a AMAGGI e a FALM.

Por meio de sua atuação, a FALM busca contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e com o Posicionamento Global de Sustentabilidade da AMAGGI, com a premissa de contribuir para fortalecimento do protagonismo social de jovens e lideranças para o desenvolvimento local sustentável.

Fundada em 1997, ao longo dos anos a FALM realizou duas revisões estratégica em sua atuação, sendo a primeira em 2013, em que foram definidas as Diretrizes Estratégicas e o Plano de Ação 2014-2018, e a segunda, em 2017, que resultou na redefinição dos Objetivos Estratégicos da FALM até 2025 e em um novo Portfólio de Projetos –2019/2025. O Portfólio de Projetos –2019/2025 foi definido ao longo de 2018 e validado pelo Conselho Curador para ter início em 2019. Com isso a forma de atuação da organização passou por mudanças em relação ao que foi desenvolvido até 2018, com o encerramento de projetos e o incremento de novas formas de atuação, sempre alinhado à Missão, Visão e Valores da FALM e da AMAGGI.

A Instituição possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

São finalidades Institucionais estatutária, conforme artigo 6:

- I. Estimular atividade de pesquisa nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, com reflexos na comunidade em geral;
- III. Promover, apoiar e incentivar ações nas áreas da educação da infância e adolescência, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;
- IV. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;
- V. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas, dentro de seu escopo de atuação, apoiando, reconhecendo e premiando as melhores iniciativas relacionadas a práticas sociais e de gestão;
- VI. Apoiar instituições com objetivos congêneres ou afins, através de formalização de parcerias de colaboração ou convênios, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativas e quaisquer outros correlatos a tais atividades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2019, a Instituição seguiu a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que altera artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em

Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda crédito de liquidação duvidosa estimada para:
 - * Vida útil dos ativos - Nota 4.d
 - * Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 4.e
 - * Provisões e contingências - Nota 4.f
 - * Ajuste a valor presente - Nota 4.j
 - * Reconhecimento de receita - Nota 4.l

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 06 de março de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) **Ativo Circulante Mantido para Venda ou Descontinuado** – A Fundação classifica um ativo ou o grupo de ativos mantido para venda quando esse estiver disponível para venda ou doação imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. Com isso, a sua venda ou doação deve ser altamente provável. Assim, a entidade classifica um ativo não circulante como mantido para venda ou descontinuado se o seu valor contábil vai ser recuperado por meio de transação de venda ou se aprovado pelo órgão interno deliberativo juntamente validado com o Ministério Público a doação do imobilizado.
- d) **Imobilizado** – Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Entidade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações dos resultados.
- e) **Redução ao valor Recuperável de Ativos** – A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes.

através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

- f) **Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- g) **Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- h) **Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço.
- i) **Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- j) **Ajuste ao valor Presente** – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.
- k) **As Despesas e as Receitas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- l) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- m) **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.
- n) **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** – A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.
- o) **Trabalho Voluntário** – A ITC 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros

integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

Contas	2019	2018
Caixa	-	-
Bancos-Conta Movimento	19.561,04	120.817,67
Aplicações Financeiras	11.796.887,34	13.674.684,38
Fundo Fixo	5.376,84	5.088,76
Saldos Totais em Reais	11.821.825,22	13.800.590,81

6. CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e adiantamento de férias, segue valores:

Contas	2019	2018
Adiantamento a Empregados	12.211,70	12.812,81
Adiantamento a fornecedores	270,70	-
Saldos Totais em Reais	12.482,40	12.812,81

7. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2019	2018
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	4.506,97	2.872,80
Prêmios e Seguros a Apropriar	2.232,23	2.289,22
Alugueis a Apropriar	13.539,72	-
Outras Despesas Antecipadas	4.020,32	6.091,64
Saldos Totais em Reais	24.299,24	11.253,66

8. ATIVO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA OU DESCONTINUADO

Referem-se a terrenos e edificações mantidos para venda ou doação, a venda não fora efetivada por ausência de oferta ao alcance do valor autorizado para venda, após análise das despesas referente a manutenção dos terrenos e edificações, o Conselho Curador da organização, aprovou a possibilidade de abertura de um edital para doação dos mesmos para outras organizações sem fins lucrativos, tal possibilidade foi analisada e deferida pelo Ministério Público.

As edificações uma vez classificadas como mantidas para venda ou descontinuadas não são mais depreciáveis:

Contas	2019	2018
Ativo N Circulante mantido para venda/Descontinuado	966.154,15	259.999,99
Imobilizado Disponível para Venda	-	259.999,99
Imobilizados Descontinuados	966.154,15	-

9. ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear para perdas por imparidade, quando aplicável.

Adicionalmente, a FALM verificou que não havia a existência de indicadores de que os ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável ou que houvesse alteração na vida útil determinada para cada ativo, conseqüentemente, não houve alterações relevantes da vida útil estimada e não foi identificado perda de valor recuperável destes ativos.

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2019	Adições	(Baixas)	2018
Terrenos	0	N/A	-	-	(449.000,00)	449.000,00
Edificações	0	4% a.a	-	-	(302.166,03)	302.166,03
Máquinas e Equipamentos	38	6,67% a.a	46.738,17	8.318,00	(131.600,08)	170.020,25
Equipamentos de Informatica	65	20% a.a	212.078,61	16.870,74	(18.157,35)	213.365,22
Móveis, Eletrodomésticos e Utensílios	42	6,67% a.a	117.212,00	11.782,00	(23.031,38)	128.461,38
Veículos	2	10% a.a	51.451,02	-	(60.458,00)	111.909,02
Equipamentos Audiovisuais	27	100%a.a	55.219,92	7.990,76	(48.894,36)	96.123,76
(-)Depreciação Acumulada			(311.973,11)			(560.634,73)
Imobilizado líquido,em reais			170.726,61			910.410,93

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2019	Adições	(Baixas)	2018
Software	17	20% a.a	54.574,63	-	(168.970,00)	223.544,63
(-) Amortização Acumulada			-48.452,41			-57.708,68
Intangível líquido,em reais			6.122,22			165.835,95
Total do Ativo Não Circulante			176.848,83			1.076.246,88

10. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2019	2018
Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.	42.683,71	176.511,31
Fornecedores	42.683,71	176.511,31
Obrigações Trabalhista e Sociais	57.860,49	57.746,04
Salários	-	-
FGTS	10.948,62	10.922,45
INSS	32.001,77	35.435,57
PIS	1.747,46	1.773,90
IRRF	13.162,64	9.614,12
Contr Sindical	-	-
Rescisões	-	-
Obrigações Fiscais	7.268,47	11.297,93
COFINS a Recolher	150,00	-
IRRF	2.040,12	3.182,39
ISS a Recolher	4.228,05	3.194,12
PIS/COFINS/CSLL	850,30	4.921,42
INSS	0,00	0,00
Provisões Trabalhistas	132.551,15	135.946,49
Férias	97.823,95	99.376,39
Encargos sobre Férias	34.727,20	36.570,10
Outras Obrigações	-	-
Outros Credores por Obrigações a Pagar	-	-
Total em reais	240.363,82	381.501,77

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, subtraído do Déficit do exercício de R\$ -2.012.842,96 (dois milhões, doze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de

competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

12. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste do Patrimônio de Avaliação Patrimonial faz parte Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado. Assim, o saldo refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído dos ativos, o qual é realizado por baixa e/ou depreciação dos bens que deram origem ao ajuste.

13. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Déficit do exercício de 2019 foi de R\$ -2.012.842,96 (dois milhões, doze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

14. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a FALM efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso:

Modalidade	2019	2018
Edificações	-	302.166,03
Veículos	51.451,02	111.909,02

15. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

16. DOAÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme estão previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º.

Segue abaixo o demonstrativo de receitas:

Exercício	Valor Recebido
2019	1.575.446,14
2018	3.994.843,46
TOTAL	5.570.289,60

17. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2019	2018
3.1.02	Outras Receitas	17.427,41	58.552,86
3.2	Outras Receitas Não Operacionais	14.400,00	-
4.2	Outras Despesas	174.281,20	854,43

18. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

A Fundação André e Lucia Maggi (FALM) é uma instituição sem finalidade econômica, responsável pelo Investimento Social Privado da AMAGGI, atuando nas comunidades onde a empresa está presente.

Neste sentido, a FALM tem a missão de contribuir com o desenvolvimento local e humano, agregando valor à atuação da AMAGGI e à sua visão de “ser uma empresa de referência no desenvolvimento sustentável”. Sua atuação está alinhada ao Posicionamento Global de Sustentabilidade da companhia e segue também a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas (ONU).

Para a FALM, todas as pessoas podem contribuir, participar e colaborar com causas de interesse coletivo, garantindo espaços para o diálogo, a confiança e a convivência. E o que é construído no coletivo, possa expressar o desejo de todos olhando para o bem comum. É o que chamamos de protagonismo social.

A organização atua com seus públicos de interesse com a premissa de que é possível fortalecer o protagonismo social existente nas localidades para que as soluções sejam potencializadas com vistas para o desenvolvimento local sustentável.

Para alinhar a estratégia de atuação da FALM com a AMAGGI, a organização realiza o Investimento Social Privado nos municípios de atuação, por meio de três frentes de trabalho:

- **Espaços Coletivos**

São estruturas físicas onde a FALM desenvolve boa parte dos projetos com os públicos de interesse, como oficinas, encontros formativos, Lab de projetos, entre outros. Além disso, a FALM também cede a estrutura física para a comunidade realizar ações com temáticas correlacionadas aos temas e públicos de interesse da FALM. Os espaços coletivos estão localizados nos municípios de Rondonópolis (MT) e Itacoatiara (AM).

- **Priorização de atuação junto a AMAGGI**

Junto a AMAGGI, a FALM realizou em 2018 um levantamento de dados socioeconômicos de todos os municípios com atuação da empresa. Por meio deste diagnóstico, foram cruzados dados do contexto local e do contexto do negócio. Assim, em 2019 chegou-se a uma priorização de municípios, validados interna e externamente com partes interessadas, para que possam receber projetos da FALM voltados ao fortalecimento do protagonismo social para o desenvolvimento local.

As ações desenvolvidas são acompanhadas por aproximadamente três anos, e as temáticas priorizadas foram levantadas e validadas tanto pelos colaboradores da AMAGGI localmente, como também pelas lideranças locais mapeadas.

Os municípios escolhidos para este acompanhamento em 2019 foram: Itacoatiara (AM), Porto Velho (AM) e São Félix do Araguaia (distrito de Espigão do Leste) (MT).

- **Desafio Global - Edital para disseminação do protagonismo social**

Como forma de se fazer presente em mais municípios onde a AMAGGI tem atuação, a FALM publica anualmente um edital para a disseminação do protagonismo social, voltado para iniciativas de transformação social desenvolvidas por jovens entre 13 e 29 anos.

19. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Em 2019, a FALM investiu R\$ 4.333.112,03 (quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e doze reais e três centavos) em projetos e ações ao longo de sua atuação. Abaixo segue de forma detalhada, dividido em Centros de Custos que correspondem à frente de trabalho detalhado anteriormente entre outras, sendo:

1) Fortalecimento do *Advocacy* para o Desenvolvimento Local Sustentável

A Fundação André e Lucia Maggi é constantemente convidada para participar de discussões e agendas que fomentam a discussão e o desenvolvimento local através de práticas relacionadas ao Investimento Social Privado,

Também é notório que possui um importante papel na sociedade de ser uma influenciadora nas regiões onde atua para que outras empresas e organizações pensem seus projetos/atuações sociais estrategicamente.

O termo *advocacy* é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de Políticas Públicas que atendam às necessidades da população.

2) Fortalecimento do Protagonismo

A FALM) por meio da sua atuação busca estimular o desenvolvimento local e humano a partir do fortalecimento do protagonismo de jovens e lideranças sociais para o desenvolvimento local.

3) Investimento Social Comunitário nos Municípios Priorizados

O investimento nos municípios priorizados é composto por três ciclos de atividades: a) Ciclo 1, a entrada nos municípios prioritários e o engajamento farão parte do primeiro ano de atuação in loco, quando além do diagnóstico, serão promovidos fóruns e seminários para a sensibilização da temática validada; Ciclo 2, as formações serão oferecidas, a partir dos temas transversais e específicos, com o intuito de formação base dos participantes da rede local; Ciclo 3 e último ciclo, será incentivado o acesso a Fundos e Editais, com o objetivo de fortalecer a atuação dos participantes e concretizar as mudanças desejadas.

4) Ações Pontuais / Contínuas

Neste grupo são lançados os investimentos relacionados à apoios pontuais e/ou parcerias contínuas que fazem parte da história da FALM e que são importantes serem mantidas, como por exemplo o apoio ao Hospital Renato Sucupira de Sapezal – MT, apoios a organizações como a Creche e APAE de Rondonópolis, entre outros investimento pontuais realizados.

5) Ações Institucionais / Internas

São classificadas como despesas relacionadas à estrutura administrativa e gerencial da FALM como um todo, exemplo: Despesas Administrativas, Despesas com a estrutura física dos Espaços Coletivos, Governança, Comunicação e demais ações não classificadas anteriormente.

6) Folha de pagamento

A Folha de pagamento está estruturada por frente de trabalho e/ou estrutura física, desta forma, apresentamos os custos de forma segregada, sendo: Equipe de Gestão de Projetos, Equipe Administrativa/Corporativo, e Equipe dos Espaços Coletivos (Rondonópolis – MT e Itacoatiara – AM).

Ao logo do ano-base, a FALM investiu R\$ 4.333.112,03 (quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e doze reais e três centavos) em projetos e ações. A seguir, apresentamos o investimento realizado dividido em Centros de Custos que correspondem às frentes de trabalho:

RESUMO DO INVESTIMENTO REALIZADO 2019	
DESCRIÇÃO DO CENTRO DE CUSTO	VALOR
FORT. DE ADVOCACY P/ DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	61.133,73
Ag. De desenvolvimento Local Sustentável	61.133,73
FORTELECIMENTO DO PROTAGONISMO	696.851,55
Desafio Movimento Global	199.880,58
Concurso de Projetos	258.766,17
Espaço coletivo - Tecnologia Social	174.374,20
Espaço coletivo - Cogestão	64,60
Espaço coletivo - Cofinanciamento	3.806,00
Pareceria de Formação Técnica - FATEC	59.960,00
FORTELECIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO NOS MUNICÍPIOS PRIORIZADOS	119.795,92
Municípios Prioritários - Tecnologia Social	119.795,92
Municípios Prioritários - Cogestão	-
Municípios Prioritários - Cofinanciamento	-
ACOES PONTUAIS / CONTÍNUAS	142.387,70
Creches Rondonópolis	14.615,32
APAE Rondonópolis	16.000,00
Hospital Renato Suppira (SAPEZAL)	30.000,00
Bazar Rondonópolis	35.041,10
Produtores Resp. Aumentam Desenvolvimento Local	46.731,28
ACOES INSTITUCIONAIS / INTERNAS	1.528.465,95
Administrativo	349.638,48
Espaço coletivo - Itacoatiara - AM	68.685,96
Espaço coletivo - Rondonópolis - MT	325.123,97
Espaço coletivo - Cuiabá - MT	171.751,29
Governança	27.126,79
Programa Estratégico de Comunicação	374.649,14
Programa de Voluntariado	211.490,32
FOLHA DE PAGAMENTO	1.784.477,18
Folha de Pagamento - Administrativo/Corporativo	452.497,51
Folha de Pagamento - Gestão de Projetos	1.046.282,38
Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Itacoatiara - AM	104.200,88
Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Rondonópolis - MT	134.160,85
Folha de Pagamento - Cuiabá MT	47.335,56
TOTAL GERAL	4.333.112,03

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2019.

Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Diretor
CPF: 042.697.239-20

Juliana de Lavor Lopes
Diretora Executiva
CPF: 073.251.377-45

Aline de Souza Saviczki
Contadora - CRC-MT 017668/O-8
CPF: 009.611.561-04

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Diretores e Administradores

Fundação André e Lucia Maggi

Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação André e Lucia Maggi**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação André e Lucia Maggi**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação André e Lucia Maggi**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Fundação André e Lucia Maggi**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Fundação André e Lucia Maggi**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Fundação André e Lucia Maggi**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação André e Lucia Maggi** a não mais se manter em continuidade operacional.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2020


R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG n° 5.198-02

CVM 8460



Warley de Oliveira Dias
CONTADOR
CRC/MG n. ° 094.865



Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez
CONTADOR
CRC/MG n. ° 21.055